



Cerca de
35%

de toda a área preservada na América Latina estão em terras indígenas.

Foto: Beatriz Lora/ Food and Agriculture Organization (FAO) of The United Nations

TEXTO EM PORTUGUÊS

Guardiões das florestas: Cerca de 35% de toda a área preservada na América Latina estão em terras indígenas

No Dia Internacional dos Povos Indígenas, Liderjane Kaxixó, liderança indígena em Minas Gerais e Camilo Niño, do povo colombiano Arhuaco, trazem reflexões sobre as relações dos povos com a natureza. Relatório da ONU prova que as taxas de desmatamento nas terras indígenas da América Latina e do Caribe são significativamente menores do que no restante do continente.

“Os nossos antepassados já ensinavam que não se pode extrair todo o bem da terra, porque ela desmorrna, vira cratera. Nos passaram que a árvore vale mais em pé do que deitada. Essa é uma cultura que, ao longo dos anos, a gente passa de geração para geração. Cada etnia [indígena] tem o seu jeito de se relacionar com o mato, mas não deixa de ser um jeito de preservar”. Com essas palavras, Liderjane Kaxixó, que vive em terras indígenas na região de Martinho Campos, região Central de Minas, traduz os números

apontados no relatório Povos indígenas e comunidades tradicionais e a governança florestal.

Produzido pela ONU em parceria com o Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC) e lançado em março deste ano, o relatório mostra que grande parte — cerca de 35% — das áreas de floresta da América Latina e do Caribe estão em terras indígenas. Algo similar acontece com a Amazônia Internacional, onde quase 45% da mata que ainda está intacta está em territórios indígenas.

Além disso, o documento também aponta que as taxas de desmatamento na América Latina e no Caribe são significativamente mais baixas em áreas indígenas e de comunidades tradicionais onde os governos reconhecem formalmente os direitos territoriais coletivos. Na Bolívia, ele é 2,8 vezes menor do que nas terras não-indígenas, no Brasil é 2,5 vezes menos e na Colômbia 2 vezes. Esses números tão significativos, entretanto, não são um resultado isolado. Nas diferentes culturas indígenas ao longo do continente, é possível traçar alguns paralelos e um deles é a preservação ambiental como resultado de um modo de vida, e não como objetivo isolado. “Cada etnia tem o seu jeito, mas não deixa de ser um jeito de preservar. Pode procurar qual aldeia que acha certo desmatar grandes áreas de cerrado, pantanal e pampa, ou um lugar de várzea”, reflete Liderjane.

Saberes originários dos povos indígenas

Com um modo de vida e produção baseado no cuidado com a terra, os povos indígenas da América Latina são responsáveis por quase 30% do carbono armazenado nos bosques da região — e 14% dos bosques tropicais de todo o mundo. Apesar de serem fundamentais para a governança da maior parte da área de preservação do continente, Camilo Niño, liderança do povo indígena Arhuaco, chama atenção para a falta de representatividade indígena nas mesas de decisões.

“Somos atores políticos e não nos querem reconhecer assim. Nos querem como povos folclóricos, assim nunca vai haver um diálogo de construção. Quando falo da minha cultura, é bonito, mas se falo de direitos é diferente. Para que se possa ter êxito é preciso ter escuta”, denuncia Camilo. Ele também é ecólogo, mestre em desenvolvimento rural e secretário técnico da Comissão Nacional de Territórios Indígenas da Colômbia.

Nas últimas duas décadas, diversos pensadores têm levado para o debate acadêmico o pensamento decolonial, que valoriza sistemas de saberes livres do colonialismo eurocêntrico e recupera conhecimentos, principalmente de

origem indígena e africana. Na mesma linha, Liderjane defende a valorização dos saberes decoloniais para a construção de políticas de preservação ambiental e de proteção aos povos originários.

“O não-índio precisa ouvir o indígena, o sertanejo, os caboclo, que estão na base. A gente não está noutra mundo. A gente tem o nosso saber e o não-índio tem a tecnologia que pode unir força com os nossos saberes para ajudar o meio que é nosso. O que falam que é ‘preguiça’ do índio, de não desmatar para plantar, é benfeitoria para todos”, resume.

Território sagrado

Tanto para Camilo, quanto para Liderjane, a destruição dos territórios vai além da questão ambiental e atinge a própria sobrevivência dos povos e suas culturas. Para a maioria dos povos indígenas, a relação com a terra, mas as águas e com a mata passa pela ideia de sagrado. Desse modo, muito mais que uma necessidade social e econômica, o cuidado com a natureza é tido como uma responsabilidade de retribuição.

“Na cidade, é preciso pagar impostos, nas aldeias também. Mas pagamos pelo cuidado com as matas e com a retribuição espiritual. Se não paga, a natureza cobra com doenças e desastres. São duas maneiras um pouco opostas de compreender o mundo e de pensar como nos apropriamos dos recursos para melhorar a qualidade de vida. Essa maneira diferente de ver o mundo não quer dizer que humanos não precisam dos recursos naturais, que podemos acabar de vez com a mineração. Mas, temos que ter um planejamento de como diminuir o impacto e não destruir ecossistemas que são estratégicos para a nossa sobrevivência”, explica Camilo.

Vida ameaçada em terras indígenas

O relatório da ONU e do FILAC também trata sobre a importância dos investimentos públicos para políticas de reconhecimento territorial para os povos indígenas. Afinal, os melhores resultados foram observados nos territórios de povos indígenas com títulos legais coletivos reconhecidos.

A formalização também traz impactos diretos na redução da emissão de carbono. Entre 2000 e 2012, os territórios registrados evitaram a emissão 42,8 e 59,7 milhões de toneladas métricas (MtC) de emissões de CO₂ a cada ano. Isso,

considerando os resultados de Brasil, Colômbia e Bolívia. Segundo a análise, isso seria equivalente a tirar de circulação entre 9 e 12,6 milhões de veículos durante um ano.

Além de serem mais efetivas, as políticas voltadas para os registros das terras indígenas também são mais baratas. O relatório considera que o custo de titulação de terras indígenas pode ser de 5 a 42 vezes menor do que o custo médio de compensação de CO2 por meio da captura e armazenamento de carbono fóssil, tanto para usinas a carvão como a gás.

Mesmo assim, ainda são escassos os investimentos com esse objetivo. Entre 2016 e 2018 aumentou 150% o desmatamento em terras indígenas brasileiras. No mesmo período, as terras preservadas em áreas indígenas diminuíram 20% na Bolívia, 30% em Honduras, 42% na Nicarágua e 59% no Paraguai.

TEXTO EM ESPANHOL

Guardianes de los bosques: Cerca del 35% del área preservada en América Latina se encuentra en tierras indígenas

En el Día Internacional de los Pueblos Indígenas, Liderjane Kaxixó, líder indígena de Minas Gerais y Camilo Niño, del pueblo Arhuaco de Colombia, presentan algunas reflexiones sobre la relación entre los pueblos y la naturaleza. Un informe de la ONU demuestra que las tasas de deforestación en tierras indígenas en América Latina y el Caribe son significativamente más bajas que en el resto del continente.

“Nuestros antepasados nos enseñaron que no se puede extraer todo el bien de la tierra, porque se derrumba, se convierte en un cráter. Nos dijeron que el árbol vale más de pie que acostado. Esas enseñanzas las hemos pasado de generación en generación. Cada etnia [indígena] tiene su propia forma de relacionarse con el bosque, pero



sigue siendo una forma de preservarlo”. Con estas palabras Liderjane Kaxixó, de la región de Martinho Campos, en la región central de Minas Gerais, Brasil, interpreta las cifras señaladas en el informe Pueblos indígenas y comunidades tradicionales y gobernanza forestal.

Producido por la ONU en asociación con el Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y el Caribe (FILAC) y lanzado en marzo de este año, el informe muestra que una gran parte - alrededor del 35% - de las áreas forestales en América Latina y el Caribe están en territorios indígenas. Algo similar ocurre con la Amazonía Internacional, donde casi el 45% de la selva que aún se encuentra intacta se encuentra en tierra indígena.

El documento también señala que las tasas de deforestación en América Latina son significativamente más bajas en áreas indígenas y comunidades tradicionales donde los gobiernos reconocen formalmente los derechos colectivos a la tierra. En Bolivia es 2,8 veces menor que en tierras no indígenas, en Brasil es 2,5 y en Colombia dos veces menos.

Sin embargo, estas cifras tan significativas no son un resultado aislado. Es posible establecer similitudes entre diferentes culturas indígenas del continente. Una de esas relaciones está en la idea de preservación del medio ambiente como resultado de una forma de vida, y no como un objetivo aislado. “Cada grupo étnico tiene su propio camino, pero sigue siendo una forma de preservar. A ningún pueblo le va a parecer adecuado deforestar grandes áreas de bosque, selva o llanura”, reflexiona Liderjane.

Saberes de pueblos indígenas

Con una forma de vida y producción basada en el cuidado de la tierra, los pueblos indígenas de América Latina son responsables de casi el 30% del carbono almacenado en los bosques de la región y del 14% de los bosques tropicales del mundo. Aunque son fundamentales para la gobernanza de la mayor parte del área de conservación del continente, Camilo Niño, líder del pueblo indígena Arhuaco de Colombia, llama la atención sobre la falta de representación indígena en las mesas de decisiones.

“Somos actores políticos y no nos quieren reconocer como tal. Nos quieren como pueblos folclóricos, para que nunca haya un diálogo de construcción. Cuando hablo de mi cultura, es bonito, pero si hablo de derechos, es diferente. Para tener éxito hay que ser escuchado”, denuncia Camilo, quien además de líder de su comunidad es ecologista, magíster en desarrollo rural y secretario

técnico de la Comisión Nacional de Territorios Indígenas de Colombia.

En las últimas dos décadas, varios pensadores han introducido el pensamiento descolonial al debate académico, dando valor a sistemas de conocimiento libres del colonialismo eurocéntrico. Esta visión recupera conocimientos, principalmente de origen indígena y africano. En ese sentido, Liderjane defiende la valorización del conocimiento decolonial para la construcción de políticas de preservación y protección ambiental para los pueblos originarios.

“El no indígena necesita escuchar a los indígenas, al sertanejo, a los caboclos, que están en la base. No estamos en otro mundo. Tenemos nuestro conocimiento y el no indio tiene la tecnología que puede unir fuerzas con nuestro conocimiento para ayudar al medio ambiente que es nuestro. Lo que dice la gente es la 'pereza' del indio, pero el no deforestar para plantar, es un beneficio para todos”, resume.

Territorio sagrado

Tanto para Camilo como para Liderjane, la destrucción de territorios va más allá del tema ambiental y afecta la supervivencia misma de los pueblos y sus culturas. Para la mayoría de los pueblos indígenas, la relación con la tierra, las aguas y los bosques, está relacionado con lo sagrado. Así, mucho más que una necesidad social y económica, el cuidado de la naturaleza se entiende como una responsabilidad retributiva.

“En la ciudad hay que pagar impuestos, también es así en los territorios. Pero pagamos con el cuidado del bosque, es una retribución espiritual. Si no se paga, la naturaleza lo cobra con enfermedades, con desastres. Se trata de dos formas un tanto opuestas de entender el mundo y pensar en cómo nos apropiamos de los recursos para mejorar la calidad de vida. Esta forma diferente de ver el mundo no significa que los seres humanos no necesiten recursos naturales, que busquemos acabar con la minería por completo. Pero es necesario pensar cómo reducir el impacto y no destruir ecosistemas que son estratégicos para nuestra supervivencia ”, explica Camilo.

Vida amenazada en tierras indígenas

El informe de la ONU y la FILAC también aborda la importancia de las inversiones públicas para las políticas de reconocimiento territorial de los pueblos indígenas. Después de todo, los mejores resultados se observaron en los territorios de los pueblos indígenas con títulos legales colectivos reconocidos.

La formalización también tiene impactos directos en la reducción de emisiones de carbono. Entre 2000 y 2012, los territorios registrados evitaron la emisión de 42,8 y 59,7 millones de toneladas métricas (MtC) de emisiones de CO2 cada año. Esto, considerando los resultados de Brasil, Colombia y Bolivia. Según el análisis, esto equivaldría a sacar de circulación entre 9 y 12,6 millones de vehículos durante un año.

Además de ser más efectivas, las políticas dirigidas al registro de tierras indígenas también son más económicas. El informe encuentra que el costo de la titulación de tierras indígenas puede ser de 5 a 42 veces menor que el costo promedio de compensar el CO2 mediante la captura y almacenamiento de carbono fósil, tanto para las centrales eléctricas de carbón como de gas.

Aun así, las inversiones con este objetivo siguen siendo escasas. Entre 2016 y 2018, la deforestación en tierras indígenas brasileñas aumentó en un 150%. En el mismo período, las tierras preservadas en áreas indígenas disminuyeron 20% en Bolivia, 30% en Honduras, 42% en Nicaragua y 59% en Paraguay.

Instituto
GUAICUY

Brasópolis, 109 - Floresta
Belo Horizonte - Brasil | CEP 30150-170
(31) 3024-9460 | (31) 99959-9826
Assessoria de imprensa: 31 97135-3685

Já conhece o Instituto Guaicuy?

Com abordagem multidisciplinar e incentivando o diálogo entre saberes populares e conhecimentos científicos, estamos intimamente ligados ao protagonismo popular na defesa das águas como bem comum. Atualmente prestamos Assessoria Técnica Independente a comunidades atingidas pelo rompimento da barragem da Vale na bacia do Rio Paraopeba e da região do Lago de Três Marias.

saiba +
guaicuy.org.br

